

simpatia que poderia angariar entre os leitores brasileiros jamais compensaria o abalo de um prestígio e dos créditos de um historiador .

ODILON NOGUEIRA DE MATTOS.

SILVA (Bolívar Bordallo da). — *Fatores dos descobrimentos e conquistas no século XV*. Belém do Pará. 1946. 108 pp.

Bem reduzido é o número de intelectuais que, entre nós, se dedica ao estudo dos descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI. Tal assunto, pondo quase sempre em foco questões de prioridade nacional, geralmente arrasta os historiadores a trilhar o caminho do apriorismo e da dogmática, introduzindo dêsse modo elementos perturbadores e mesmo irritantes no campo sereno da história. Assim sendo, o A. merece os nossos aplausos pelo esforço que fez ao elaborar o trabalho que vamos criticar, apenas com o escopo de evitar que nos seus próximos livros sejam repetidos erros que possam prejudicar o bom conceito que, como historiador, goza de seus alunos e colegas.

O trabalho, que passamos a apreciar, divide-se em três capítulos. No primeiro o A. faz uma apreciação geral do assunto que se propõe estudar. O capítulo segundo desdobra-se em três partes a saber: fator religioso, fator social e político, fator econômico. No capítulo terceiro faz o A. um resumo de tudo que escreveu, chegando à conclusão de que, de todos os fatores, o econômico foi o mais importante nos descobrimentos e conquistas do século XV, opinião esta aceita pela maioria dos estudiosos, e que nós também espamos sem vacilar.

Caso tivéssemos necessidade de tratar do assunto de que se ocupa o A., nós estudariamos as seguintes teses: da dilatação da fé, da expansão econômica, da guerra santa e da expansão geográfica. Ao cuidarmos desta última tese, não esqueceríamos de dizer que, tendo de um lado a Espanha adversa e de outro o mar, só restava a Portugal recorrer à empresa dos descobrimentos marítimos que, diga-se de passagem, não foi obra de um só homem, por mais que se procure enaltecer os méritos do Infante D. Henrique, mas de toda a nação portuguesa a partir do reinado de Diniz. Como acertadamente disse Jaime Cortesão, "a luta com o mar foi uma continuação de Aljubarrota; e a primeira vitória que arrancamos às ondas foi a da independência nacional" (1).

Das 108 páginas que contém o livro, apenas 72 são de texto, uma vez que as restantes são ocupadas com o frontispício, o preâmbulo, a bibliografia, o índice, etc. Ora, com um número tão reduzido de páginas em corpo 10, não pôde o A., por maior que seja a sua capacidade de síntese, tratar convenientemente de um assunto tão vasto e complexo como é aquele que empresta o título ao seu trabalho. Daí o A. não transcrever nenhum tópico de documentos, nem mesmo citar alguns deles para justificar as suas asserções, dando-nos a impressão de que apenas teve a preocupação de reunir frases feitas, algumas delas constituindo verdadeiras hipóboles. Como iremos ver, o livro é de um conservantismo quase que absoluto, contendo afirmativas que há muito foram postas à margem em face de modernas investigações históricas. Mas não é só isto. O A. dá-nos a impressão de que, na sua opinião, os descobrimentos marítimos realizados nos séculos XV e XVI, foram obra exclusiva dos nautas portugueses, pois não põe em relêvo o projeto de Colombo e a prioridade que lhe pertence da primeira viagem transoceânica; nada diz sobre as descobertas dos Cabotos; guarda o mais absoluto silêncio sobre as viagens e descobertas dos espanhóis e mesmo de Vespucci que,

(1) "Revista Portuguesa", S. Paulo, 1930, tomo I, fascículo 1.º, página 5.

por duas vèzes, percorreu grande extensão do litoral brasileiro; não se refere a Magalhães que, a serviço da Espanha e pondo em execução o projeto de Vespucci de procurar as Molucas passando pelo extremo meridional da América, realizou o feito marítimo que inegavelmente abriu os mais vastos horizontes ao estudo da geografia, etc., etc. E' também de se extranhar que, o A. não tenha feito uma síntese da grande influência que a ciência náutica árabe, bizantina, balear e italiana, teve na gênese e evolução dos descobrimentos marítimos dos portugueses.

Diz o A. e repete mais de uma vez, que o Infante D. Henrique pelo descobrimento da costa ocidental d'África, visava o caminho da Índia. Trata-se de uma tese bastante abalada devido aos golpes que recebeu e ainda hoje recebe, mesmo de historiadores portugueses. Si não estamos equivocados, quem primeiro evidenciou ser destituída de fundamento tal tese, foi o grande americanista "yankee" Henry Vignaud (2) que baseou em documentação portuguesa, portanto fonte insuspeita, quase todos os seus argumentos. O professor Duarte Leite (3) recorrendo a argumentos diferentes daqueles de Vignaud, impugnou-a, por sua vez, ao criticar um trabalho de Jaime Cortesão apresentado ao Congresso do Mundo Português em 1940, sob o título: "Teoria geral dos descobrimentos portugueses". Num dos seus sólidos argumentos, diz Duarte Leite que o silêncio é completo sobre a busca da Índia pelo Infante D. Henrique na "Crônica da Guiné" do seu contemporâneo, biógrafo e pencirista oficial, Gomes Eanes de Zurara, bem como "desconhecem o plano henriquino o cronista régio Ruy de Pina e o insigne roteirista da Índia Duarte Pacheco Pereira, ambos contemporâneos de D. Manuel e talvez do Infante, o primeiro cronista da Índia portuguesa Lopes de Castanheda e o segundo João de Barros, ambos já sob D. João III, sendo que todos eles escreveram quando já estava franqueada a rota da Índia e não havia conveniência alguma de encobrir a verdadeira origem deste maravilhoso feito, e todos eles conferem a D. João II a primazia da sua concepção e consciente execução". Últimamente o erudito historiador português Júlio Gonçalves (4), da Sociedade de Geografia de Lisboa, em um opúsculo rico de proveitosos ensinamentos, também contesta que o Infante D. Henrique pelos descobrimentos que realizava na costa d'África, visasse o caminho da Índia.

Proseguindo, diz o A. que o Infante D. Henrique "dedicou-se ao estudo de cosmografia, matemática, história e geografia (5), acrescentando que foi ele "a centelha que veio acender a era de verdadeiro renascimento científico, e para quem convergem as atenções de toda a Europa, admirada e semi-atônita, pelo esplendor da sua cultura, paciência e pertinácia" (6). Estas afirmativas do A., tão cheias de calor, pertencem ao domínio da mais pura fantasia e, quem isso sustenta sem reboço e com sólidos argumentos, não somos nós, mas um insuspeito historiador português, o já citado professor Duarte Leite (7). Ouçamo-lo:

"E' totalmente destituída de fundamento a fama de vasto saber literário, matemático, astronômico e geográfico com que dota D. Henrique uma lenda por alguns levada a proporções paroxísticas, deformando em homem de estudo quem de raiz o foi de ação. Contra este erro vulgarizado protestam, como há anos fiz ver, todos os testemunhos conhecidos, dos quais abertamente o negativo de Zurara que, no seu panegírio *post mortem*, não diz uma só palavra do seu amor a livros, embora enalteça e amplie tudo quanto a

(2) "Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb", Paris, 1911, volume I, páginas 192 a 211.

(3) "Coisas de vária história", Lisboa, 1941, páginas 1 a 27.

(4) "Pelo descobrimento da Guiné, visava o Infante o caminho da Índia?" Teça e discussão de congresso, Lisboa, 1947.

(5) vide página 19 do livro do A.

(6) vide página 56 do livro do A.

(7) "Coisas de vária história", Lisboa, 1941, páginas 13 a 18.

verdade ou a lisonja nele pôde catar. Sem dúvida o Infante era instruído, mas de cultura medíocre, muito inferior à dos irmãos mais velhos, que nos deixaram obras indicativas de numerosas leituras, ao passo que dêle nenhuma ficou. Nada se sabe da sua biblioteca, embora devesse ser grande se o fôsse a sua sabedoria livreira, enquanto há catálogos dos dos irmãos D. Duarte, D. Fernando e do condestável D. Pedro, filho do infante dêste nome, em parte herdada do pai. É possível que a tivesse doado em vida ao sobrinho e filho adotivo, o infante D. Fernando, visto como do seu espólio de móveis apenas apareceram livros de reza, uma crónica de Espanha, um livro de Evangelhos e o chamado **Mestre das sentenças**, do teólogo Pedro Lombardo, sendo de notar que êstes dois lhe foram emprestados. Desconhecia as matemáticas além da aritmética elementar, como aliás quase todos os letrados da época, tollidos pela numeração romana, e disto é exemplo D. Afonso V, mais esmeradamente educado do que o tio e a quem atribuem um escrito de astronomia contemplativa, o qual estava em 1453 tão atrasado em aritmética, que o financeiro judeu Abranel entendeu necessário explicar-lhe o que eram quebrados, e aditar uma longa tábua de multiplicação. Nestas condições é óbvio que lhe era inteiramente vedada a parte matemática da astronomia, e apenas acessível a contemplativa: de certo conhecia o sistema ptolomaico do mundo, a exemplo do pai, que no seu **Livro de montaria** o mandou descrever por um **hom retórico** (incapaz como era de tal), mas duvido de que facilmente entrasse no **Tratado da Sphera** de João de Sacrobosco, se porventura o tentou. Pouca ou nenhuma importância liçou às ciências exatas, como se evidencia em que, não obstante ter doado ao Estado geral ou Universidade de Lisboa boas casas onde se ensinasse as sete artes liberais, entre as quais se contavam a aritmética, a geometria e a astronomia, nunca nos vinte e nove anos seguintes da sua vida se professaram estas três no estabelecimento de que era governador e regedor; e não passe sem reparo, por contraste, que duas vêzes contemplou com valiosos donativos a cátedra de teologia. Proclamam todos a sua grande competência em geografia. O emérito historiador desta ciência, Raimundo Beazley, atribui-lhe a manipulação de alguns dos sete mais antigos mapas que nos legou a Idade-Média, e outros escritores numerosas leituras de autores medievais e antigos, como fôsem Ptolomeu e Plínio, do primeiro dos quais conheceu a **Cosmografia** e as suas tábuas, como atesta a relação dita do seu capitão Diogo Gomes, e do segundo a **Historia naturalis**, aproveitada por Zurara na contemporânea crónica da Guiné. Mas nada abona a suposição de Beazley, antes ela é de rejeitar, e ao contrário se sabe que não estava a par da cartografia catalã, apesar da estada em Portugal do seu representante Jácomo de Malhorca; e se é possível que estudasse geografia nalguma obra medieval, pode afirmar-se que não pôs os olhos nas antigas citadas, das quais ao tempo provavelmente nenhum exemplar havia em Portugal. Não é Diogo Gomes quem o faz leitor de Ptolomeu, mas Martinho Behaim, que redigiu aquela relação e nela introduziu coisas de sua exclusiva responsabilidade: e Zurara nunca leu Plínio, sendo o passo a êle referente um plágio descarado e inconsciente dum tratado castelhano de história universal. Em materia geográfica só se conhecem três autênticas opiniões do Infante, todas erradas, e daí a minha concordância com o douto Pedro de Azevedo, quando o disse "amador, em certas ocasiões, de assuntos de geografia". Ilude-se portanto quem o supõe leitor de qualquer obra, cuja materia imagine interessá-lo, que aliás bem podia não ter entrado em Portugal, pois os manuscritos circulavam em reduzido número de exemplares, caros e custosos de adquirir: e além disto quase todos eram escritos em latim, língua em que presumo o Infante hóspede não muito assíduo. No **Local Conselheiro** refere-se D. Duarte a doutrinas de Raimundo Lulo, e é possível que tivesse lido obras suas, porventura entre elas o **Liber de acquisitione Terræ Sanctæ**, mas já não o digo de D. Henrique, dada a modéstia das suas leituras; e quanto ao **Liber secretorum fidelium crucis** de Marino Sanudo,

vou até asseverar que o desconhecerem ambos os príncipes. Contudo, apesar de ainda não ter consultado estas obras, não creio que o *doctor illuminatus* e o nobre veneziano preconizassem a circunavegação da África para chegar à Índia".

Porém, onde o A. revela o atrazo em que se acha, tratando-se da história dos descobrimentos marítimos e, em particular, da vida do Infante D. Henrique, é quando se refere em termos encomiásticos à Escola Naval de Sagres. Diz

A. que "o centro de estudos náuticos conhecido pelo nome de Escola de Sagres, foi realmente o marco inicial de todos os grandes descobrimentos e conquistas marítimas" (8). Mais adiante acrescenta que "a Escola de Sagres deve, pois, ser considerada como o marco ou padrão de conquistas humanas, assinalando o início de uma nova era na evolução da história da humanidade" (9). Não satisfeito de tantos elogios à tão citada escola, avança o A. este conceito: "O Infante D. Henrique levantou na Escola de Sagres o pedestal grandioso do Império Lusitano, que, dentro de um plano aparentemente pacifista, realizou sem dúvida, a conquista econômica do mundo. Sagres foi a maior realização do século" (10).

Acontece que, nem dos relatos dos cronistas coevos de D. Henrique, nem de documentos referentes a sua vida laboriosa, existe a mais leve referência a citada escola. As fontes que conhecemos e que podiam a ela fazer alusão, mas que guardam o mais profundo silêncio, são as seguintes: "Crônica do descobrimento e conquista da Guiné", por Gomes Eanes de Zurara, biógrafo e panegirista do Infante; "Crônica da tomada de Ceuta", pelo mesmo cronista; "Crônica d'El-Rei D. Duarte", por Rui de Pina; "Crônica d'El-Rei D. Afonso V", deste cronista; "Prima e Seconda Navigazioni", de Alvise de Cà da Mosto; "Navegação de Pedro de Cintra", escrita por este navegante veneziano; "Relação dos descobrimentos da Guiné", de Diogo Gomes, escrita por Martim Behaim e "A Ásia" de João de Barros. Documentos dos arquivos a saber: Último testamento do Infante D. Henrique; cartas de doação do cabo Trásfalmear; cartas de doação do Infante D. Henrique ao Infante D. Fernando e à Ordem de Cristo.

Não seria tarefa difícil alinhavarmos aqui algumas frases que provam não passar da mais pura fantasia a existência da tão decantada escola naval (11). Porém, como temos receio de ser tachado de faccioso e até de lusóphobo, entendemos ser de bom alvitre apenas transladar para estas páginas o que sobre tal assunto escreveram unicamente historiadores portugueses, deixando ao critério do leitor julgar do mérito de seus argumentos, lembrando todavia que, por vaidade nacional, em parte justificada, procuram eles valorizar homens e autenticar fatos, visando com isso dar maior relêvo à história pátria.

Ayres de Sá (12), escreve o seguinte, com relação a existência da Escola Naval de Sagres: "Da leitura da "Crônica de Guiné", por Gomes Eanes de Zurara, da "Relação", de Diogo Gomes, da primeira década de João de Barros, dos documentos que se referem ao Infante, quer do século XV, quer do século XVI, e mesmo de Rui de Pina e de todos os escritores desses dois séculos, não consta que o Infante D. Henrique fundasse observatório e escola em Sagres ou em qualquer outra parte. Nesse promontório não existe o mínimo

(8) vide página 18 do livro do A.

(9) vide página 58 do livro do A.

(10) vide página 87 do livro do A.

(11) Já em 1940, aqui em S. Paulo, o professor dr. Astrogildo Rodrigues de Mello, contestou a existência da Escola Naval de Sagres. Vide "O comércio europeu nos séculos XV e XVI e o florescimento de Espanha e Portugal", separata do "Boletim História da Civilização" n.º 2, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, 1940, página 147.

(12) "Frei Gonçalo Velho", Imprensa Nacional, Lisboa, 1899, volume 1, páginas CXII a CXIV.

sinal de antigo edificio desse gênero, que teria aparecido como uma exalação. O Infante, possuindo um estabelecimento de instrução de tal forma importante, não teria ido deixar legados à Universidade para manter a cadeira de teologia, nem teria fundado talvez, a cadeira de matemática, em Lisboa. D. João II, que tomou os descobrimentos tanto a peito, devia ter utilizado essa escola. Finalmente seria para espantar que uma tão importante inovação passasse despercebida aos próprios biógrafos do Infante, seus contemporâneos, e que os sábios estrangeiros fôsem, por tal forma, desprezados que nem se lhes sabe o nome. O processo de exploração oceânica empregado pelo Infante era muito diferente: deduz-se de Gomes, Zurara e Barros, deduz-se dos poucos documentos que nos restam, começamos a esboçá-lo quando tratarmos do Infante. Estabelecido na sua vila, onde certamente se fizera cercar dos rudes portulanos de então e de algumas esferas, tendo à sua disposição uma biblioteca, onde se deviam encontrar relações de pilotos portugueses, alguns livros de história e os filósofos da Grécia, então muito em voga entre os eruditos, por meio dos quais devia encontrar-se algum livro de cavalaria, o Infante combinava as rotas com os seus companheiros de Ceuta e com os pilotos conhecedores do Atlântico até o Cabo Não, que abundavam em Lagos. Se os enviados tornavam com boa nova ou com prêsas que a confirmasse, o Infante alegrava-se, fazia-lhes mercês nas suas terras ou nas da Ordem e enviava novas expedições, tudo à sua custa. Outras vezes pediam-lhe os armadores de Lagos, cubiosos de boa prêsas, que os deixasse ir à descoberta; o Infante, se lhes consentia, impunha-lhes condições, tais como darem-lhe o quinto do que trouxessem, e à volta escutava as suas narrações, e registrando-as pouco a pouco ia alargando os conhecimentos do Mar Tenebroso. Foi um negócio idêntico o que fez com Alvise da Cà da Mosto, este não-lo refere. Sem o estímulo da prêsas era escusado intentar os descobrimentos, porque ninguém se prestaria a afrontar os mistérios terríveis do Atlântico se não houvesse para isso um estímulo, um lucro material. Estas excursões tornaram-se emprêsas de cavalaria. Quando as viagens de Frei Gonçalo Velho, de Gil Eanes e de Diniz Fernandes iniciaram uma nova fase na vida económica do sul do reino, já as caravelas partiam com muito mais facilidade, porque o Infante dava poderes mais largos e o caminho já era conhecido. Com isto, que é a súplica do que referem Diogo Gomes, Gomes Eanes de Zurara e João de Barros e do que os documentos dizem, fica destruída a lenda do fantástico observatório, da imaginária escola de náutica, dos sábios estrangeiros mandados vir pelo Infante, etc."

Na introdução que o historiador José de Bragança escreveu para a edição da "Crônica do descobrimento da Guiné" por Gomes Eanes de Zurara, publicação da Livraria Civilização Editora da cidade do Porto, existe esta passagem: "A idéia, recentemente agitada, de levantar um monumento grandioso ao Infante D. Henrique na ponta de Sagres, veio pôr em evidência quantas noções erradas e quanta incerteza envolvem o Infante e a sua ação. Vimos como abalizados escritores não duvidaram repetir as inexatidões espalhadas, em estilo ditirâmico ou pindárico; como, na ânsia de engrandecer o objeto da sua admiração subjetiva, correram o risco de amesquinhar, reduzindo-a às proporções de um só homem e de uma só vontade, a obra imensa e imorredora de um povo através dos três séculos mais fecundos da civilização. Afirmou-se que dali saíram as caravelas dos descobrimentos, e a verdade é que só consta que de lá partisse em 1455, para fins comerciais, a que levou Cà da Mosto às parres da Guiné, descoberta dez anos antes. Celebrouse a Escola de Sagres com seus grandes sábios estrangeiros e até com observatório, quando o grande mérito da obra dos portugueses está em que eles foram os próprios criadores dessa ciência eminentemente experimental".

.....

.....

.....

"O que os documentos dizem, de maneira indiscutível, é que D. Henrique só depois da morte do Infante Santo começou a edificar no extremo ocidente do Algarve uma vila, onde os barcos dos mercadores, vindos do Mediterrâneo e surpreendidos pela violência da nortada, podessem encontrar poiso, refresco e confortos espirituais que até aí não tinham".

Só depois de 27 de outubro de 1443, data em que o regente D. Pedro fez doação a D. Henrique de uma légua de terra ao redor do cabo de S. Vicente, foi que se iniciou a fundação da vila que o próprio Infante batizou por "Vila do Infante", e não Escola Naval de Sagres. A prova documental de que, com a fundação dessa vila, teve D. Henrique unicamente, como diz José de Bragança, a preocupação de dar abrigo aos navios vindos do Mediterrâneo acoçados por temporais, está nos dizeres insofismáveis da carta de doação de 19 de setembro de 1460, assinada pelo Infante poucas semanas antes de falecer.

Para rematar, citamos um tópico escrito pelo historiador Abel Fontoura da Costa (13), num trabalho editado pelo governo português, que diz: "Nem o Infante, nem os que com ele privaram — Zurara, Diogo Gomes, Cã da Mosto — nos deixaram, aquêle no seu longo testamento e estes nos seus escritos, a mais leve referência à poeticamente chamada Escola de Sagres".

O A. inclui na lista dos livros que consultou para a feitura de seu trabalho, a referida "Crônica da Guiné" de Zurara. Deve ter havido engano porque, se de fato o A. teve em suas mãos essa crônica e a leu com a devida atenção, convencido devia ter ficado de que tinha ao seu dispor a melhor fonte para o estudo da vida do Infante, fonte essa que não podia levá-lo a incorrer nos erros em que incorreu.

Em uma das passagens do seu livro (14), diz o A. que Colombo também se pode filiar à Escola de Sagres, tal a influência que exerceu este centro de estudos geográficos no seu projeto. Esta afirmativa não passa de verdadeiro solecismo histórico porque, como já dissemos (15), duas concepções geográficas se defrontavam nos últimos decênios do século XV, tratando-se do ambicionado caminho marítimo para a Ásia e particularizando para a Índia, donde com os aromas, pedras preciosas, brocados e púrpuras, vinha também à Europa a fama de riquezas fabulosas. De um lado estava um reduzido grupo de cosmógrafos letrados, dos quais a história tem conservado os nomes de Toscanelli, Monetário, Behaim e Colombo, o qual grupo dando grande impulso às idéias clássicas da antiguidade grega sobre a redondeza da terra e a pequena extensão dos mares, dizia que navegando-se rumo ocidente seria possível em curto espaço de tempo atingir a ilha de Cipango e o litoral de Catay. Eram os partidários do chamado ciclo ocidental. Combatiam essa idéia os cosmógrafos portugueses que opinavam pela procura da rota marítima para a Índia, navegando ao longo da costa ocidental d'África até encontrar uma passagem ao sul desse continente e, assim, penetrar no Oceano Índico. Eram os adeptos do denominado ciclo oriental. Dessas duas concepções geográficas resultaram o descobrimento da América por Colombo e o encontro do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama.

Tratando-se porém da permanência de Colombo em Portugal, o que de positivo se sabe é o seguinte: Quando o descobridor do Novo Mundo se transferiu em 1476 para aquele país, já era marinheiro e fazia 16 anos que o Infante D. Henrique tinha falecido. Durante a sua estadia em Portugal, navegou a serviço de mercadores genoveses, tendo ido a Flandres, Londres, Bristol, Pôrto Santo, Madeira, costa da Guiné e, possivelmente às Canárias e aos Açores. Essas viagens lhe foram de grande proveito, principalmente

(13) "A Marinharia dos Descobrimientos", Publicação oficial da Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1939, página 12.

(14) vide página 72 do livro do A.

(15) "O Descobrimiento do Brasil", Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1946, prefácio.

as realizadas à Madeira, Pôrto Santo e Guiné, porque teve a oportunidade de fazer inteligentes indagações sobre a direção dos ventos e correntes marítimas numa larga faixa do Atlântico Norte, interrogando para isso os nautas portugueses, principalmente os madeirenses e açoreanos. Dessas investigações também veio a saber das evidentes provas da existência de terras ao ocidente desses arquipelagos, o que rebusteceu a sua concepção geográfica sobre a proximidade das costas asiáticas. Mais ou menos em 1484, apresentou o seu projeto a D. João II de Portugal, que se recusou pô-lo em prática. Em consequência dessa recusa, transferiu-se para a Espanha. Fora disso, tudo que se disser a respeito do que ocorreu com Colombo em Portugal, não passa do terreno das conjecturas.

Como ainda hoje não é pequeno o número de pessoas que imaginam, na época dos descobrimentos marítimos, a existência de escolas com amplas salas, bancos, quadros negros, mapas, professores, observatórios astronômicos, etc., onde seriam ministrados ensinamentos sobre a náutica, julgamos oportuno transcrever aqui o que a esse respeito escreveu o historiador italiano Rinaldo Caddeo ao comentar a história de Colombo escrita pelo seu filho D. Fernando. Diz este ilustre historiador (16): "A grande escola naval era no mar, vivendo nos acanhados navios em promiscuidade com as velhas e adestradas equipagens, assistindo e participando de suas manobras, aprendendo quase sem perceber a dispor as velas, a deitar e levantar âncora, a manobrar o leme, a conhecer o uso da bússola, do astrolábio, da balestilha, a cartear, a calcular o percurso, a conhecer o regime dos ventos, a direção das correntes marítimas a insidia dos escolhos, a segurança dos portos, os perigos das longas calmarias e das repentinas tempestades. Quem não leva em conta tudo isso, não compreenderá nunca o segredo dos grandes capitães, nem a história da maravilhosa marinharia medieval".

*
* *
*

Para os que queiram não só enriquecer os seus conhecimentos sobre a história dos descobrimentos marítimos, mas também ficar ao par da moderna documentação a respeito de tal assunto, recomendamos a leitura dos seguintes livros: Samuel Eliot Morison, "Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century"; do mesmo autor, "Admiral of the Ocean Sea. A life of Christopher Columbus"; E. George Nunn, "Geographical Conceptions of Columbus"; William B. Greenlee, "The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India"; Henry Vignaud, "Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb"; do mesmo autor, "Americ Vespuce, sa biographie, sa vie, ses voyages"; "Le Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio", comentada por Rinaldo Caddeo; por este historiador, "Le navigazioni Atlantiche di Alviese da Cà da Mosto"; Roberto Almagià, "L'opera del genio italiano all'estero"; Alberto Magnaghi, "Amerigo Vespucci"; Charles de la Roncière, "Découverte de l'Afrique au moyen-âge"; J. W. Blake, "European Beginnings in West Africa"; Henry Harrisse, "Discovery of North America"; E. L. Stevenson, "Maps Illustrating Early Discovery and Exploration in America, 1502-30"; J. A. Williamson, "Voyages of the Cabots"; E. G. Ravenstein, "Journal of First Voyage of Vasco da Gama"; G. H. T. Kimble, "Geography in the Middle Ages"; E. G. Ravenstein, "Martin Behaim his life and his globe"; Frederick J. Pohl, "Amerigo Vespucci Pilot Major"; Roberto Levillier, "America la bien llamada"; Diego Luis Molinari, "El Nacimiento del Nuevo Mundo";

(16) "Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio". Edizioni Alpes, Milano, 1930, volume 1, página 318.

Jean Pougade, "La route des Indes et ses navires"; e Charles Marshall Smith, "Les expéditions des normands".

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE DATAS HISTÓRICAS, organizado por José Teixeira de Oliveira. 2.^a edição aumentada, refundida e atualizada. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950, 423 pp.

Um dicionário de datas históricas, evidentemente, não é tarefa de fácil desempenho; e cresce de dificuldade, no caso do Brasil, quando já temos uma obra como as "Efemérides Brasileiras", de Rio Branco, hoje fundamental na bibliografia histórica do país. Rio Branco enriqueceu seu livro de fatos políticos e militares, descrição de batalhas e lutas, mudanças de gabinete, acontecimentos, em suma, ligados mais diretamente à história político-administrativa ou militar.

É claro que a técnica das efemérides oferece dificuldades à inclusão, por exemplo, de fatos sociais ou econômicos, os quais, quase sempre, não têm uma data fixa, nem se traduzem num dia determinado, por isso que resultam, geralmente, de um processo que se vai desenrolando no tempo. O seu registro, portanto, quase sempre escapa à organização de efemérides, mais rigorosamente destinadas aos acontecimentos políticos, administrativos ou militares.

O Sr. José Teixeira de Oliveira soube contornar tais dificuldades ao elaborar seu "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", agora saído em segunda edição, ampliada e enriquecida de novos verbetes, além de atualizada. É de destacar, justamente, no trabalho em causa o arrolamento de numerosas efemérides ligadas à história social ou econômica. Para tanto toma como data de referência aquela em que primeiro se manifestou o fato ou se registrou o acontecimento. Vários desses verbetes têm importância para o estudo da vida social ou econômica do país: a partida de Lisboa das primeiras órfãs vindas para o Brasil (7-1-550); o toque de sino anunciando a hora de fecharem-se as portas das casas (3-1-825); a abolição do entrudo (28-2-854); o início do tráfego dos tilburis (12-10-846); o uso de lampeões na rua (14-5-853); a inauguração da estrada de ferro do Corcovado no trecho de Paineiras ao final da linha (1-7-885); a primeira escola municipal do Rio de Janeiro (4-8-872); o início das demonstrações com o fonógrafo (9-11-889); os começos da crise financeira de 1864 com a suspensão dos pagamentos da casa bancária Souto (10-9-864); o licenciamento do primeiro automóvel no Rio de Janeiro (29-8-903); a instalação da primeira rádio-difusora (7-9-923).

Outro aspecto que merece realçar-se na obra do Sr. José Teixeira de Oliveira é o arrolamento de numerosos fatos de caráter regional, igualmente de natureza social ou econômica. Evidentemente, muitos desses fatos não têm repercussão nacional; trata-se, porém, de acontecimentos expressivos no âmbito regional. E como é com a coordenação de fatos regionais que se constitui a história nacional, tais verbetes passam a oferecer o maior interesse. Lembro, por exemplo, que, no "Dicionário Brasileiro de Datas Históricas", se encontra registro acerca dos começos, em vários Estados ou cidades, da iluminação a gás ou a eletricidade, dos serviços telefônicos, do serviço de bondes, do primeiro jornal local, etc.

O primeiro jornal baiano aparece a 14 de maio de 1811; o maranhense, a 10 de novembro de 1821; o cearense, a 1 de abril de 1824; o paraibano, a 16 de fevereiro de 1826; o paulista, a 7 de fevereiro de 1827; o alagoano,